



DELIBERAÇÃO Nº 065/2013 – CEDCA/PR

Considerando o Edital de Chamada Pública nº 03/2013 – CONANDA/SDH/PR, em especial no que se refere à “Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares – Núcleo Estadual da Escola Nacional de Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares”;

Considerando que no Edital nº 03/2013 - CONANDA/SDH/PR, o Estado do Paraná figura como um dos Estados que não executa formação continuada para conselheiros;

Considerando que o CEDCA, desde o ano de 2.000, vem apoiando e deliberando política de formação continuada aos atores do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando que desde então quase 12.000 Conselheiros Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente foram capacitados;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, reunido ordinariamente em 26 de julho de 2013;

DELIBEROU

Art.1º - Pela aprovação de carta aberta ao CONANDA sobre o Edital de Chamada Pública nº 03/2013 – CONANDA/SDH/PR, conforme anexo.

Art.2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 26 de julho de 2013.

Márcia Tavares dos Santos
**Presidente do Conselho Estadual
dos Direitos da Criança e do Adolescente**

CARTA ABERTA

AO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - CEDCA-PR, ao tomar conhecimento do contido no Edital de Chamada Pública nº 03/2013 – CONANDA/SDH/PR, decidiu pelo encaminhamento da presente carta com o objetivo de manifestar-se perplexo diante de alguns conteúdos do referido edital, em especial no que se refere à “Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares – Núcleo Estadual da Escola Nacional de Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares”, uma vez que na página 03 do “Anexo I” do edital, o Estado do Paraná figura como um dos Estados que não executa formação para conselheiros e, por isso, está sendo estimulado a fazê-lo através do cofinanciamento FNCA. O gráfico apresentado à folha 06 do “Anexo A” também ignora as ações empreendidas pelos Estados que não conveniaram com o CONANDA/SDH, caracterizando-se em grande injustiça, uma vez que muitos Estados vêm executando as formações atendendo, inclusive, número superior de conselheiros do que os Estados que figuram no referido gráfico.

O CEDCA-PR, desde o ano 2000, vem apoiando e deliberando política de formação continuada aos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo capacitado desde então quase 12.000 Conselheiros Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de ação do Poder Executivo Estadual, custeada com recursos do Fundo para a Infância e Adolescência do Estado do Paraná – FIA-PR. Atualmente, está em vigor o Programa de Formação Continuada aos Conselheiros Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado através da Deliberação nº 16/2010/CEDCA-PR, o qual está formando cerca de 2065 Conselheiros Tutelares (todos os membros de todos os colegiados) e 3182 Conselheiros de Direitos (sendo 2 governamentais e 2 não governamentais por CMDCA), totalizando 5247 alunos,

com carga horária de 224 horas/aulas de curso, divididas em:

- 56 horas para Conselho Tutelar – Nível Inicial;
- 56 horas para Conselho Tutelar – Nível Avançado;
- 56 horas para Conselho de Direitos – Nível Inicial;
- 56 horas para Conselho de Direitos – Nível Avançado.

Os conteúdos dos cursos encontram-se em quadro anexo a esta carta. Outrossim, está sendo desenvolvido material didático próprio para utilização na formação. Os cursos são executados pelas Universidades Estaduais e acontecem em 21 polos espalhados por todas as regiões do Estado, dando assim capilaridade à formação e facilitando o acesso dos alunos aos locais de curso.

Desta forma, causa certa perplexidade a este Conselho Estadual que uma ação tão grande e importante, na qual foram investidos mais de R\$ 2.000.000,00 do FIA/PR seja simplesmente ignorada pelo Conselho Nacional e pelo órgão gestor da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Ademais, na página 26 do “Anexo A” do Edital n. 03/2013-CONANDA/SDH/PR, afirma-se que o esperado é que a formação torne-se política pública de estado, garantindo após 3 anos a sustentabilidade do projeto sem o recurso federal. Porém, através do edital proposto, o CONANDA e a SDH-PR ensejam que o Estado do Paraná retroaja, convocando instituição privada a apresentar projeto de formação financiado com recurso federal, enquanto atualmente possuímos política pública estadual, com sustentabilidade garantida através do FIA-PR.

Outro fator causador de estranheza é que em evento realizado no ano de 2012, intitulado “IV Encontro Nacional das Escolas de Conselhos”, no qual estiveram presentes a vice-presidente deste Conselho Estadual e representante do órgão gestor estadual da política da criança e do adolescente, este CEDCA-PR teve conhecimento de que foi exaustivamente discutida a proposta de criação de uma Escola Nacional de Formação de Conselheiros e que a proposta foi amplamente questionada pelos participantes, os quais, em sua grande maioria, posicionaram-se contrários, uma vez que a formação de conselheiros requer proposta pedagógica própria que contemple as realidades regionais

de cada Estado, sendo praticamente consenso de que deveria ser criada uma matriz curricular referencial a ser observada pelos Estados, mas não uma proposta pedagógica e matriz curricular estanque estabelecida em âmbito nacional, para somente ser executada pelos Estados, desconsiderando assim os processos já construídos e experienciados nas formações de conselheiros até então. Na referida reunião, o representante do Estado Paraná foi eleito para compor um Grupo de Trabalho nacional que discutiria sobre o assunto, para o qual nunca foi convidado a participar até o presente momento.

Diante do aqui exposto, o CEDCA-PR solicita ao CONANDA que retifique o Edital nº 03/2013 – CONANDA/SDH/PR, retirando-nos do rol de Estados a implantar a Escola de Conselhos, reconhecendo um esforço histórico do Estado do Paraná na manutenção da formação continuada para conselheiros, bem como, que faça a retratação pública, pelos mesmos meios de comunicação pelos quais foram divulgados o Edital de Chamada Pública n. 03/2013 – CONANDA/SDH/PR.

Curitiba, 25 de julho de 2013.

Márcia Tavares dos Santos
**Presidente do Conselho Estadual
dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Anexo I

Conteúdos Programáticos

CURSO 1 - Inicial para Conselheiro Tutelar

Disciplinas	TEMA e CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	<p>Tema: <i>Os marcos regulatórios da Proteção Integral à Infância, a Juventude e o ECA</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convenção Internacional de 1989 e Constituição Federal de 1988; • Princípios que fundamentam o Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral, direitos fundamentais, criança como sujeito de direitos; • Direitos Fundamentais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. • Política de Atendimento à criança e ao adolescente estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente: participação popular, descentralização, trabalho em rede de serviços;
2	<p>Tema: <i>O ECA e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios que fundamentam o Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral, direitos fundamentais, criança como sujeito de direitos; • Política de Atendimento à criança e ao adolescente estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente: participação popular, descentralização, trabalho em rede de serviços; • Composição, responsabilidades e desafios dos Atores do Sistema de Garantia dos Direitos; • Características, competências e atribuições dos Atores, nos respectivos eixos: promoção, proteção e defesa; • Atuação interdisciplinar, intersetorial e em redes para a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.
3	<p>Tema: <i>Políticas Públicas e a Proteção Integral para a Infância e a Juventude no Brasil</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As diferentes perspectivas teóricas de conceituação das políticas públicas; • Participação popular e controle social na formulação e execução de políticas públicas; • A construção histórica da política pública de atendimento à criança e ao adolescente; • A complexidade da política de garantia de direitos para a criança e ao adolescente: políticas básicas e políticas especiais, em relação às violações dos Direitos Fundamentais.
4	<p>Tema: <i>Desafios para a Intervenção interdisciplinar e intersetorial dos Conselhos Tutelares na Garantia dos Direitos</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel e competências do Conselho Tutelar • Atuação dos conselheiros diante dos desafios contemporâneos na área da infância e

	<p>juventude: expressões da questão social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Conselho Tutelar no Sistema de Garantia de Direitos • Instalação do Conselho Tutelar: funcionamento, composição, regimento, autonomia, organização administrativa; • A função de Conselheiro: remuneração, direitos, recondução, capacitação, perda do mandato;
5	<p>Tema: <i>Rotinas de Intervenção dos Conselheiros Tutelares</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habilidades: escuta, orientação, mediação, articulação com os serviços, trabalho em equipe; • Ética e postura profissional dos conselheiros tutelares: nas entrevistas (abordagens), o sigilo, a abordagem com outros atores do SGD, a abordagem na comunidade; • Registro de atividades e padronização de procedimentos de comunicação institucional: elaboração de relatórios, cuidados com a documentação e precisão das informações; manual de redação oficial e correspondências formais.
6	<p>Tema: <i>O SIPIA e a Defesa dos Direitos Fundamentais</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O SIPIA e os sistemas de informação de outras políticas setoriais; • Operacionalização do SIPIA; • A interpretação das violações de direitos • O SIPIA e a produção de informações sobre a realidade da infância e adolescência em âmbito local.

CURSO 2 - Inicial para Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Disciplinas	TEMA e CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	<p>Tema: <i>Os marcos regulatórios da Proteção Integral à Infância e a Juventude</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direitos Humanos e Cidadania; • O reconhecimento dos Direitos Humanos Fundamentais e das condições de cidadania das crianças, dos adolescentes e dos jovens; • O reconhecimento das desigualdades sociais e a formulação de normativas internacionais e nacionais para a delimitação de um sujeito de direitos: crianças e jovens; • Tratados Internacionais sobre a Infância e a Juventude em que o Brasil é signatário;
2	<p>Tema: <i>O ECA e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios que fundamentam o Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral, direitos fundamentais, criança como sujeito de direitos; • Política de Atendimento à criança e ao adolescente estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente: participação popular, descentralização, trabalho em rede

	<p>de serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Composição, responsabilidades e desafios dos Atores do Sistema de Garantia dos Direitos; • Características, competências e atribuições dos Atores, nos respectivos eixos: promoção, proteção e defesa; • Atuação interdisciplinar, intersetorial e em redes para a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.
3	<p>Tema: <i>Políticas Públicas e a Proteção Integral para a Infância e a Juventude no Brasil</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As diferentes perspectivas teóricas de conceituação das políticas públicas; • Participação popular e controle social na formulação e execução de políticas públicas; • A construção histórica da política pública de atendimento à criança e ao adolescente; • A complexidade da política de garantia de direitos para a criança e ao adolescente: políticas básicas e políticas especiais, em relação às violações dos Direitos Fundamentais.
4	<p>Tema: <i>A Intervenção interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Formulação da Política de Garantia de Direitos</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel e competências do CMDCA; • Atuação dos conselheiros diante dos desafios contemporâneos na área da infância e juventude: as expressões da questão social, • As principais políticas públicas de interface com a política de atendimento à criança e ao adolescente: educação, assistência social, saúde, habitação, segurança pública, esporte e cultura; • Articulação e mobilização dos Conselhos no conhecimento da realidade local.
5	<p>Tema: <i>A atuação do CMDCA na construção da Política de Garantia de Direitos</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico participativo e mapeamento da rede de serviços; • Planejamento estratégico e participativo; • Principais indicadores estaduais e regionais e a importância do SIPIA para a formulação e avaliação de políticas • Avaliação e Monitoramento das ações locais;
6	<p>Tema: <i>Rotinas de Intervenção dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de registro e fiscalização de entidades; • Cadastros de programas (definição de parâmetros de qualidade); • Constituição e gestão de fundos; • Mobilização em defesa do orçamento criança;

- Plano de captação de recursos;

CURSO 3 - Avançado para Conselheiro Tutelar

Disciplinas	TEMA e CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	<p>Tema: <i>A compreensão da infância e da juventude através da história</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modo de produção social capitalista e as estruturas das relações sociais; • As vertentes teórico-históricas sobre a constituição da família e da infância; • Cultura dominante <i>versus</i> culturas locais nas representações e interpretações da Infância na sociedade brasileira; • Desenvolvimento infantil e juvenil na perspectiva socio-histórica; • Modelos e paradigmas das medidas de proteção social à Infância e a Juventude na sociedade brasileira (o modelo higienista, o modelo assistencialista/correcional/repressivo, o modelo de proteção integral).
2	<p>Tema: <i>O Direito Fundamental à Vida e à Saúde</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação do direito à vida e à saúde a luz das políticas sociais setoriais, observando a intersectorialidade, e dos Planos de Convivência Familiar e Comunitária e de Direitos Humanos: a base legal e os programas na área; • Rotinas de intervenção: abordagens, acolhimento e encaminhamentos à rede, limites e possibilidades da ação do Conselheiro Tutelar.
3	<p>Tema: <i>O Direito Fundamental à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação do direito à liberdade, ao respeito e a dignidade a luz das políticas sociais setoriais, observando a intersectorialidade, e dos Planos de Enfrentamento à Violência e de Direitos Humanos: a base legal e os programas na área; • Rotinas de intervenção: as abordagens, acolhimento e encaminhamentos à rede, seus limites e possibilidades através do Conselho Tutelar.
4	<p>Tema: <i>O Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação do direito à convivência familiar e comunitária a luz das políticas sociais setoriais, observando a intersectorialidade, e do Plano de Convivência Familiar e Comunitária: a base legal e os programas na área; • Rotinas de intervenção: as abordagens, acolhimento e encaminhamentos à rede, limites e possibilidades da ação do Conselheiro Tutelar.
5	<p>Tema: <i>O Direito Fundamental à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação do direito à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura a luz das políticas sociais setoriais, observando a intersectorialidade, e dos Planos de Convivência Familiar e Comunitária, de Direitos Humanos e de Educação em Direitos Humanos: a

	<p>base legal e os programas na área;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rotinas de intervenção: as abordagens, acolhimento e encaminhamentos à rede, seus limites e possibilidades através do Conselho Tutelar.
6	<p>Tema: <i>O Direito Fundamental à Profissionalização e a Proteção no Trabalho</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A afirmação do direito à profissionalização e ao trabalho a luz das políticas sociais setoriais, observando a intersetorialidade, e dos Planos de Erradicação do Trabalho Infantil e de Direitos Humanos: a base legal e os programas na área; • Rotinas de intervenção: as abordagens, acolhimento e encaminhamentos à rede, seus limites e possibilidades através do Conselho Tutelar.

CURSO 4 - Avançado para Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Disciplinas	TEMA e CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	<p>Tema: <i>A compreensão da infância e da juventude através da história</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modo de produção social capitalista e as estruturas das relações sociais; • As vertentes teórico-históricas sobre a constituição da família e da infância; • Cultura dominante <i>versus</i> culturas locais nas representações e interpretações da Infância na sociedade brasileira; • Desenvolvimento infantil e juvenil na perspectiva socio-histórica; • Modelos e paradigmas das medidas de proteção social à Infância e a Juventude na sociedade brasileira (o modelo higienista, o modelo assistencialista/correcional/repressivo, o modelo de proteção integral).
2	<p>Tema: <i>Sistema de Garantia de Direitos e as normativas nacionais</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resoluções do CONANDA e do CEDCA-PR; • Plano Nacional, Estadual e Municipal, de Convivência Familiar e Comunitária; • Plano Nacional, Estadual e Municipal de Enfrentamento à Violência; • Plano Nacional, Estadual e Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil; • Plano Nacional, Estadual e Municipal de Direitos Humanos; • Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação em Direitos Humanos.
3	<p>Tema: <i>O Sistema Socioeducativo</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O papel dos atores do Sistema de Garantia de Direitos e o Sinase; • Direitos e garantias fundamentais do adolescente autor de ato infracional; • A operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto; • A operacionalização das medidas de privação e restrição de liberdade; • Desafios colocados para o enfrentamento das violências cometidas por adolescentes

4	<p>Tema: <i>Violações de Direitos e Violências</i></p> <p>Conteúdo :</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direitos: Garantias e Violações; • Conceito de violência; • A violência estrutural e a produção das violências interpessoais; • Expressões das violências interpessoais: física, psicológica, sexual, negligência.
5	<p>Tema: <i>Diagnóstico e Planejamento para o Enfrentamento das Violações de Direitos</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A construção de leituras das realidades • A articulação dos atores do SGD para a construção do plano • Formulação de plano municipal de enfrentamento à violência • Execução de plano municipal de enfrentamento a violência: os desafios para as intervenções interdisciplinares e intersetoriais
6	<p>Tema: <i>Políticas Públicas e Delimitação de Parâmetros de Qualidade para a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente</i></p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo dos parâmetros estipulados nas normativas nacionais para o atendimento às crianças e adolescentes como sujeito de direitos • Estudo dos parâmetros estipulados nas normativas internacionais para o atendimento às crianças e adolescentes como sujeito de direitos • Estudo do ciclo da política pública • Estudo do ciclo do orçamento público e sua relação com a efetivação da política de atendimento da criança e do adolescente. • Orçamento criança